

LINHA DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR

1. Dentro da necessidade de desenvolver uma linha para a revolução brasileira que responda às exigências da luta pelo comunismo nos tempos atuais, coloca-se também a tarefa de elaborar uma política para o exercício de um mandato parlamentar revolucionário que represente, neste domínio, a atualização do marxismo-leninismo.

2. A diretriz que vinha sendo tomada como orientação geral pelos marxistas-leninistas é a resolução do II Congresso da IC de julho de 1920 "O Partido Comunista e o parlamentarismo. Ao nível dos princípios gerais, ela permanece válida. Defende a necessidade de se ter uma perspectiva de substituição revolucionária do Estado burguês e da sua instituição parlamentar, a luta ideológica contra as ilusões democrático-burguesas em relação ao Parlamento, a principalidade da ação extra-parlamentar de massas, o exercício do mandato revolucionário em moldes partidários, as tarefas ideológicas gerais de um mandato deste tipo etc.

3. Todavia, a elaboração da IC de 1920 por si só não responde às novas questões colocadas para um mandato parlamentar nas condições do capitalismo monopolista moderno, com o desenvolvimento e complexificação do Estado burguês e dos mecanismos de dominação político-ideológica, incluindo as modificações nas características e no papel específico do Parlamento. Além disso, ao contrário de 1920, quando havia uma expectativa de desenvolvimento rápido da revolução em países capitalistas avançados, impõe-se atualmente uma estratégia de acúmulo prolongado de forças e de enfraquecimento a longo prazo da hegemonia burguesa nas sociedades capitalistas-monopolistas, como condição para a tomada revolucionária do poder de Estado. E mais, ao contrário de 1920, quando a vitória recante da Revolução de Outubro e do Partido Bolchevique exercia uma poderosa influência polarizadora no mundo inteiro, existe atualmente uma crise da luta pelo comunismo, devido aos desrúmos da URSS e dos partidos da III Internacional sob o stalinismo, aos impasses das demais "sociedades pós-revolucionárias", ao atraso teórico, político e organizativo dos marxistas-leninistas, à confusão que envolve a questão do comunismo e dos comunistas hoje. Tudo isto está diretamente em jogo quando se trata de definir uma linha para um mandato que se apresenta na vida política do país abertamente como revolucionário e comunista.

4. No Brasil, o Congresso Nacional tem uma trajetória marcada pela sua fraqueza relativa perante o Executivo e as Forças Armadas, quanto ao poder de decisão nos assuntos fundamentais de governo e ao peso como instituição na sociedade. A tradição autoritária das classes dominantes brasileiras se expressa também na relação Executivo-Legislativo.

5. Ao mesmo tempo, uma característica particular da história política do país é a preocupação das classes dominantes em manter o Parlamento funcionando, formalmente, mesmo nos períodos de reação política aberta, e de usar as eleições parlamentares e o jogo político-parlamentar como disfarce específico de uma dominação burguesa especialmente repressiva e anti-democrática. Os "de cima" sempre se empenharam em obter algum tipo de referendo parlamentar para as principais medidas e alterações político-institucionais, no sentido de legitimá-las na sociedade. Com isso, o Congresso Nacional esteve envolvido e foi palco de disputa em todas as principais crises políticas das últimas décadas - com uma influência não-decisiva nos acontecimentos mas com um papel político significativo. Foi assim, por exemplo, no suicídio de Vargas, na renúncia de Jânio, no golpe de 64, na decretação do Ato 5, no "pacote de abril", nos decretos de arrocho salarial do governo Figueiredo, na votação das diretas-já, na morte de Tancredo Neves. O Parlamento tornou-se um disfrazado para as massas, naquilo que elas entendem como sendo a "política" e os "políticos", e inclusive desempenha um papel na visão legalista que elas ainda têm da política.

6. Nessas condições, uma característica do jogo político é a importância que a grande imprensa, o rádio e a TV procuram atribuir ao Parlamento e aos parlamentares, no noticiário cotidiano, como sendo fazedores da política. Esta componente específica da manipulação político-ideológica, por sua vez, dá ao parlamentar de esquerda uma certa margem de manobra para disputar espaços na batalha da informação política e para se projetar politicamente, mesmo com as discriminações que sofre dos meios de comunicação, pois estes, para manter credibilidade na população, precisam levar em conta os fatos políticos e as figuras políticas, de alguma forma.

7. A estratégia de acúmulo de forças prolongado e de enfraquecimento a longo prazo da hegemonia burguesa requer a construção de um contra-poder operário-popular que conte com poderosos aparatos próprios de ação política, ideológica, sindical e cultural. Ao mesmo tempo, requer a disputa de espaços e posições - forçosamente não-hegemônicos - no interior de aparatos da hegemonia burguesa: parlamentos, grandes meios de comunicação, universidade, indústria cultural etc. Assim, um mandato parlamentar revolucionário deve se propor amplas tarefas políticas e ideológicas. Por um lado, tem o papel de estimular a organização independente do movimento e de seus aparatos próprios, ligando-se ao que existe de mais avançado na luta operária e popular e agindo no sentido de que seja constituída uma base de massa organicamente estruturada, por meio de uma presença política sistemática, concentrada e cumulativa. Por outro lado, necessita desenvolver uma extensa rede de relações políticas junto aos meios jornalísticos, intelectuais, artísticos, culturais, científicos etc., no sentido de fazer a disputa de espaços e posições no interior de aparatos da hegemonia burguesa, apoiando-se no que existe de progressista em cada área. Pela maneira como se dá a disputa política, envolvendo uma batalha da informação política, especial atenção deve ser dada aos contatos na grande imprensa, rádio e TV.

8. Um mandato parlamentar revolucionário deve ter presente que a construção de uma alternativa operário-popular com perspectiva socialista requer a existência de um campo comunista explícito (mantida a clandestinidade organizativa), com um mínimo de peso político, representatividade de massa e influência geral na sociedade. Para tanto, este campo comunista deverá expressar um movimento de recuperação do programa máximo marxista e uma retomada da presença revolucionário-comunista em todas as esferas importantes da atividade social, rompendo o isolamento. A disputa política na transição burguesa tem como um dos seus pontos centrais a questão da marginalização ou não dos revolucionários. As pressões, preconceitos e incompreensões que cercam a noção de comunismo e comunista terão de ser enfrentadas com o mandato mantendo uma posição ideológica pública e clara de luta militante pela revolução comunista, fazendo as necessárias mediações. Assim, uma das tarefas permanentes do mandato é a propaganda e o debate a respeito da revolução, do socialismo e da perspectiva comunista e da necessidade da organização marxista-leninista específica, contrapondo-se às posições anti-organizações. Além disso, na própria disputa política e parlamentar é preciso que as posições e iniciativas do mandato incluam uma componente que aponte para o sentido revolucionário da política nelas contida, mesmo quando se trata da luta por reformas. A propaganda deve ser feita politicamente, e a política ter, ela própria, elementos de abordagem viva da propaganda revolucionária e incluir "momentos de propaganda".

9. A centralidade da ação do mandato é a política, conjuntura e tática.

10. As experiências mostraram que o desempenho de um mandato depende decisivamente das características individuais do parlamentar. Este deve ser um quadro político, com firmeza político-ideológica e com capacidade de disputa e de polarização. Na escolha de candidatos os dois critérios - firmeza ideológica e capacidade política - são fundamentais, associados a um mínimo de representatividade.

11. O mandato, que compreende a atuação do parlamentar, da assessoria e de colaboradores, deve desempenhar um papel organizador, não se limitando a ser instrumento de difusão de posições político-ideológicas gerais e a exercer uma influência geral. É necessário que ele realize um trabalho sistemático de articulação política junto aos movimentos e ativistas avançados, segundo prioridades definidas, concentrando sua atuação onde já existe uma base de massa própria e junto aos polos mais importantes do movimento operário e socialista. Embora o mandato não seja ele próprio uma alternativa de organização política, deve estar a serviço da ampliação de novas militâncias comunistas e da construção do PT numa perspectiva avançada, na esteira da sua influência político-ideológica e dando-lhe um desdobramento organizativo.

12. Uma esfera importante da atividade parlamentar, na sua relação com os movimentos, na luta pelas reivindicações das massas e por medidas de sentido avançado, são os projetos de lei. É preciso uma atividade sistemática de coleta de reivindicações e sugestões e de preparação e apresentação de projetos, a serem produzidos sob a responsabilidade da assessoria.

13. Pelas características da disputa política, e o papel, dentro dela, do Parlamento e do parlamentar, assume função de destaque a denúncia política e a criação de fatos políticos de repercussão a partir da tribuna da Câmara ou do Congresso, capazes de - em articulação com a ação extra-parlamentar - desencadear movimentos de opinião pública e de pressão popular contra o governo, contra atos e representantes da burguesia etc.

14. A sistematicidade e a organicidade das relações políticas do mandato com a sua base inclui um bom trabalho de secretaria e divulgação, visando a difusão ampla, periódica e direcionada dos seus posicionamentos e iniciativas.

15. O mandato tem um importante papel nacional de liderança e de articulação política no PT, devendo se consolidar como um referencial amplo à esquerda no interior do partido, especialmente nos grandes debates e disputas de rumos.

16. O mandato é exercido por um militante comunista e ao mesmo tempo é um mandato do PT. Aplica-se, portanto, a este caso particular, a política que rege as relações entre o partido clandestino e o Partido dos Trabalhadores.

17. O programa de trabalho para o mandato no próximo período inclui:

- Intervenção na disputa envolvendo a questão constitucional, com base na proposta já elaborada, envolvendo a disputa política dentro do Parlamento e a ação extra-parlamentar de massas.
- Atividade sistemática de articulação política e de construção organizativa junto às bases de massa já existentes e junto a polos avançados do movimento operário e socialista.
- Trabalho contínuo e planejado de relacionamento político com jornalistas, intelectuais, personalidades, artistas etc., com especial atenção para a imprensa, rádio e TV.
- Participação direta nas principais lutas de massa, ligando-as com a disputa política geral e a questão constitucional.
- Organização das tarefas de secretaria e divulgação.
- Produção e distribuição de uma resenha periódica com os posicionamentos e iniciativas do mandato em torno da disputa constitucional.